

CONTRIBUIÇÃO DO LANÇAMENTO DO ODS2 PARA A SUPERAÇÃO DA FOME E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

ALEXANDRE AIRES DE FREITAS

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO - FEARP/USP

MARLON FERNANDES RODRIGUES ALVES

SKEMA BUSINESS SCHOOL (BRAZIL, CANADA, CHINA, FRANCE, SOUTH AFRICA, USA)

JOÃO LUIZ PASSADOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

CONTRIBUIÇÃO DO LANÇAMENTO DO ODS2 PARA A SUPERAÇÃO DA FOME E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

RESUMO

A implementação dos ODS em 2015, após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, representou um marco na busca global por soluções para desafios ambientais, políticos e econômicos. O ODS2, especificamente, destaca-se pela meta de acabar com a fome até 2030, garantindo acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para todos, especialmente para os mais vulneráveis. A segurança alimentar, conforme definida pela FAO, envolve a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos. O presente estudo objetiva avaliar a contribuição do lançamento do ODS2 para a superação da fome no mundo. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica de publicações científicas e relatórios institucionais, além da análise de dados secundários obtidos de bases internacionais. Os resultados indicam que, embora alguns progressos tenham sido feitos, o número de pessoas subnutridas aumentou significativamente desde 2017. Para alcançar os objetivos do ODS2, é crucial um esforço conjunto e sustentado, focando não apenas na disponibilidade de alimentos, mas também no acesso econômico equitativo.

Palavras chave: ODS2, fome, segurança alimentar e nutricional.

1. INTRODUÇÃO

A pergunta, “você tem fome de quê?”, eternizada na música “comida” do grupo brasileiro Titãs, seria respondida com um sofrido “de tudo”, por cerca de 258 milhões de pessoas em 58 países/territórios. Além desses, outros 500 milhões sofrem em alguma dimensão com a terrível mazela de não saber quando, o que e de quanto se alimentará. Para o mundo contemporâneo, tão caracterizado pelo bem-estar e a tecnologia, a fome, em suas diversas formas, ainda é uma marca de nossa (des)humanidade.

Diante dessa e de outras complexas e profundas contradições do mundo civilizado, em junho de 1992, na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, Brasil, mais de 178 países adotaram a Agenda 21, um plano de ação abrangente para construir uma parceria global para o desenvolvimento sustentável visando melhorar a vida humana e proteger o meio ambiente. Essa iniciativa é reforçada no ano 2000 pela aprovação por unanimidade pelos Estados-Membros da Declaração do Milênio, em setembro de 2000, na conferência do milênio realizada na Sede da ONU, em Nova Iorque, quando foram definidos oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) para reduzir a pobreza extrema até 2015.

O propósito de estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição aos oito ODM, nasce na Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro em 2012, que teve como objetivo produzir um conjunto de metas universais que atendessem aos urgentes desafios ambientais, políticos e econômicos que o mundo enfrenta. Essa iniciativa gerou a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que foi aprovada em 2015 por 192 países, estabelecendo 17 ODS e 169 metas associadas a serem atingidas. Dentro das amplas áreas temáticas abrangidas, o foco principal dos ODS está nos “5 Ps” transversais: Pessoas,

Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. É um novo passo no engajamento conjunto das nações em torno da paz e da prosperidade mundial.

Ainda assim, o Índice Global da Fome (IGF) de 2023 mostra que, embora alguns países tenham feito progressos significativos, pouco se avançou na redução da fome no mundo desde 2015 (FAO, 2023b). Além disso, desde 2017, o número de pessoas subnutridas aumentou de 572 milhões para um número estimado de 735 milhões.

A definição padrão de segurança alimentar utilizada pela FAO (1996) estabelece que “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades e preferências alimentares. para uma vida ativa e saudável”. Dessa forma, a segurança alimentar está relacionada à disponibilidade de alimentos (produção e abastecimento), acesso (capacidade de aquisição), utilização (preparo e ingestão), estabilidade (tempo) e sustentabilidade (produção e meio ambiente) (FAO, 2023b; Pérez-Escamilla, 2017; Upton; Cissé; Barrett, 2016).

A métrica que tem sido amplamente utilizada para expressar o nível de segurança alimentar é a prevalência da subnutrição (PoU), desenvolvida pela FAO e publicada periodicamente no relatório anual “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”. A PoU é um indicador expresso em porcentagem e representa a população cuja ingestão alimentar é insuficiente para satisfazer suas necessidades energéticas diárias mínimas (Upton; Cissé; Barrett, 2016). Ou seja, a PoU mede a fome crônica da população, caracterizada pela incapacidade persistente de satisfazer as necessidades energéticas mínimas da dieta.

Outro indicador desenvolvido e publicado pela FAO é a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) que capta indicações comportamentais e psicossociais de insegurança alimentar por meio de aplicação de questionário com oito perguntas de sim ou não. O FIES é expresso em três níveis: segurança alimentar ou marginalmente insegura, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave (Iversen; Westengen; Jerven, 2023). As pessoas com insegurança alimentar moderada não têm certeza sobre a sua capacidade de obter alimentos e tiveram de reduzir a qualidade e/ou quantidade dos alimentos que comem para sobreviver. Aquelas que sofrem de insegurança alimentar grave normalmente ficam sem comida e, na pior das hipóteses, passam um dia ou mais sem comer. A FIES fornece uma perspectiva adicional para avaliar a extensão da fome.

O presente artigo objetiva avaliar como o lançamento do ODS2 tem contribuído para a superação da fome e a segurança alimentar e nutricional, abordando as estratégias de ação focadas em políticas e programas governamentais de combate à fome e os indicadores de resultados que possibilitam identificar o sucesso ou falha no atingimento da meta específica “2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em especial os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo as crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”.

2. MODELO CONCEITUAL

Como meio de confeccionar esta pesquisa acadêmica de forma mais assertiva, foi utilizado um “modelo eclético”, estando, neste particular, devidamente alinhado com a prática do mundo real. A lógica desta observação é simples: a questão da fome é tão complexa, que não pode ser descrita adequadamente por uma única teoria.

A Agenda 2030 reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema e sua consequência mais nefasta, a fome, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Como consequência, o estabelecimento do ODS2 ganhou uma descrição com um escopo amplo: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável” (United Nations, 2015). Dessa forma, é ainda imprescindível atentarmos que para a consecução do ODS2 é fundamental entender sua dependência e interfaces com outros objetivos: ODS1 (Erradicação da pobreza), ODS3 (Saúde e bem-estar), ODS5 (Igualdade de gênero), ODS6 (Água potável e saneamento), ODS7 (Energia acessível e limpa), ODS13 (Ação climática) e ODS15 (Vida na terra).

Nesse passo, compreende-se que nesta pesquisa são utilizados elementos que comportam duas abordagens teóricas. Em primeiro lugar, enfatiza-se a revisão de literatura, ainda que de forma breve, a respeito dos conceitos de desenvolvimento sustentável, da fome, da segurança alimentar e nutricional, das ações em torno do ODS2 e sua transversalidade. Em um segundo plano, foi realizado um ensaio a respeito de como o ODS2 vem sendo cumprido, valendo-se das seguintes bases de dados: FAOSTAT - SDG Indicators, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Global Alliance for Food Security (GAFS), World Food Programme e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

Neste artigo de revisão, pretende-se avaliar se o lançamento do ODS2, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, estimulou ações efetivas no combate e superação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional. Para isso, serão avaliados resultados obtidos com políticas específicas para o combate à fome, utilizando como indicadores os valores de PoU e FIES e fonte de dados as publicações científicas e relatórios institucionais que tratam do tema. Dessa forma, a hipótese nula (H0) deste estudo foi assim formulada: O lançamento do ODS2 não contribuiu significativamente para a redução da fome e para a melhoria da segurança alimentar e nutricional em países que adotaram ativamente suas diretrizes e metas.

3. MÉTODO

A pesquisa se valeu tanto de critérios qualitativos, como também dos quantitativos. Os critérios qualitativos levaram em consideração a coleta e análise de dados não numéricos, como imagens e palavras, sendo esta última nominada de forma mais específica como revisão da literatura. Já os critérios quantitativos foram capazes de englobar tanto a medição, quanto a análise dos dados numéricos, de maneira que o seu uso tem por escopo a quantificação de variáveis, sendo, neste particular, aplicados de forma frequente em contextos que necessitam de maior precisão e objetividade. De acordo com o entendimento de Flick (2013), é imprescindível que a pesquisa seja iniciada com base na leitura, sendo relevante, desta feita, que o leitor procure, encontre e leia a respeito do que já foi publicado em relação ao tema que será objeto de desenvolvimento.

Como meio de selecionar os periódicos capazes de dar embasamento a esta pesquisa acadêmica, foi utilizado como base o Scopus com a seguinte “string” de busca: (TITLE-ABS-KEY ("sustainable development goal 2" OR "SDG 2" OR "zero hunger") AND TITLE-ABS-KEY ("evaluation" OR "assessment") AND TITLE-ABS-KEY ("hunger reduction" OR "food security" OR "nutritional security")) AND PUBYEAR > 2016 AND PUBYEAR < 2024. Foram encontrados 77 (setenta e sete) documentos, que desses selecionou-se para esta

pesquisa 9 (nove), após a análise do conteúdo levando em consideração a aderência ao estudo, relevância e maior assertividade.

O estudo utilizou dados secundários para avaliar o progresso da implementação das ações voltadas ao combate da fome e ao alcance das metas do ODS2, obtidos em bases internacionais como meio de viabilizar a compreensão do tema: FAOSTAT - *SDG Indicators*, *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, *Global Alliance for Food Security* (GAFS), *World Food Programme* e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

Por fim, necessário esclarecer que os dados atinentes à revisão bibliográfica foram analisados como meio de incluir neste estudo um conceito geral a respeito de cada palavra-chave abarcada, ao passo que a apresentação dos resultados do cumprimento do ODS2 se deu de maneira complementar, com vistas a demonstrar se o que é pretendido na teoria está sendo cumprido de maneira efetiva no âmbito prático.

4. RESULTADOS

4.1 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2)

A segurança alimentar e nutricional não se encontra atrelada tão somente à disponibilidade de alimentos, restando configurada, pois, como a segurança que o indivíduo e a coletividade têm em relação ao alimento. Trata-se, pois, de um conjunto de direitos e de políticas sociais inseridas na noção de seguridade social. Se, por um lado, constituem-se como direitos econômicos, sociais e culturais, por outro, vinculam-se a outros fatores, tais como a moradia, a saúde e/ou a educação (Aliaga; Santos; Trad, 2020).

O ODS2 dispõe sobre a fome zero e da agricultura sustentável, delimitando a respeito de “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Fontolan et al. (2022) enfatizam de maneira clara que a problematização trazida pelo ODS2 está vinculada à fome crônica e à pobreza e, considerando os diversos pressupostos que viabilizam o alcance de uma boa qualidade de vida, não se deve deixar de mencionar a necessidade de se alcançar uma alimentação saudável, de maneira que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) seja visto como um elemento fundamental às ações transversais.

Trata-se de um objetivo de suma importância na contemporaneidade, eis que, desde 2014, diversas pessoas vêm sendo afetadas por insegurança alimentar de forma grave mundialmente, recaindo sobre 750 milhões de pessoas em 2019. Em 2015, houve estimativa de que cerca de dois bilhões de pessoas foram afetadas pela deficiência de micronutrientes, ao passo que cerca de dois bilhões de pessoas acabaram sendo afetadas pelo sobrepeso e obesidade, de acordo com os dados obtidos junto a FAO, pelos pesquisadores Burigo e Porto (2021)

Levando-se em consideração este contexto, verifica-se a necessidade de compreender as intervenções direcionadas ao combate à fome, visando, neste enfoque, entender de que maneira são capazes de contribuir para o cumprimento do ODS2, tendo em vista as complexas interações que se encontram atreladas ao desenvolvimento econômico, à conservação ambiental e, ainda, à equidade social. Isso pode ser alcançado por meio da Teoria do Desenvolvimento Sustentável, nos quais se encontram atrelados os direitos econômicos, sociais, bem como à moradia e à educação, nos moldes de Aliaga et al. (2020).

Desse modo, evidencia-se que o ODS2 manifesta grande sinergia em relação aos demais objetivos listados, tais como a erradicação da pobreza (ODS 1), a saúde e bem-estar (ODS 3), a redução das desigualdades (ODS 10) e o consumo e produção sustentáveis (ODS 12).

Para avaliar as mudanças no cenário da fome ao longo do tempo foi procedido um estudo longitudinal desde o momento que ocorreu a implementação dos ODS (2016), utilizando os dois indicadores da meta 2.1: Prevalência de subnutrição (PoU) e Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, com base a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES).

Em complemento ao monitoramento dos indicadores e das metas, a FAO desenvolveu um método simples para produzir uma avaliação do progresso alcançado nos níveis nacional, regional e global para a consecução dos ODS. Na metodologia de avaliação do progresso do ODS 2 (FAO, [s.d.]) os indicadores são expressos em escores variando de 0 a 4 conforme o quadro 1.

Quadro 1: Avaliação do progresso do SDG 2.1.1 (FAO, 2016)

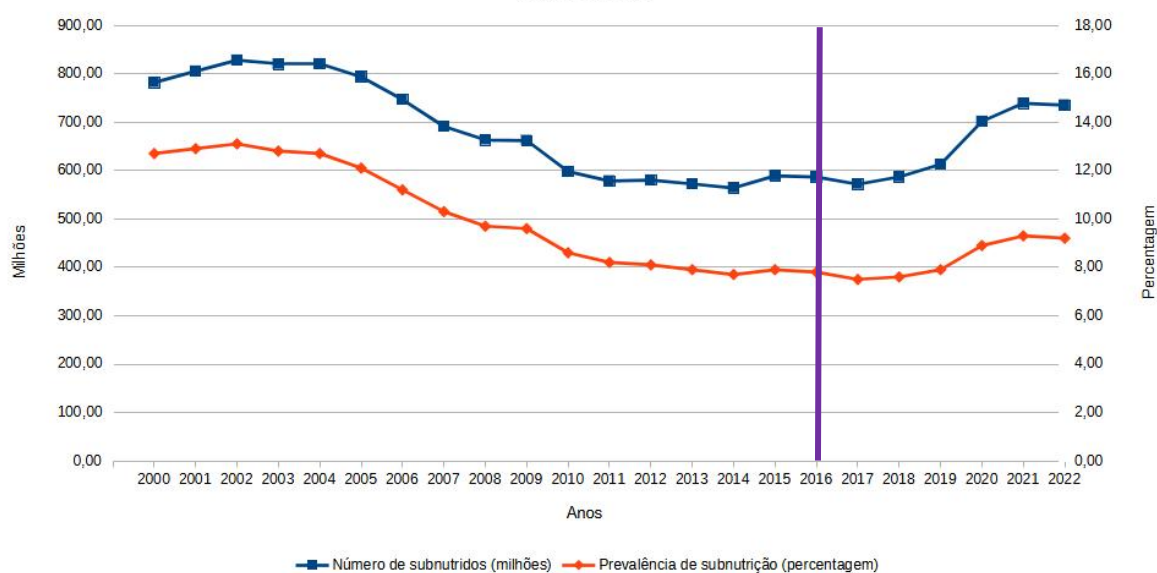
Score current status	Interpretation for goal level and for targets with numerical yardstick	Interpretation for targets without numerical yardstick	
4	Goal/target achieved	Best performers	
[3–4]	Close to achieving the goal/target	Above-median performers	
[2–3]	Moderate distance to achieving the goal/target	Median performers	
[1–2]	Far from achieving the goal/target	Below-median performers	
[0–1]	Very far from achieving the goal/target	Worst performers	

O gráfico 1 apresenta a evolução da fome global, expressa em prevalência da subnutrição, e mostra que entre os anos 2000 e 2016 (início do ODS2) há uma visível queda na prevalência da subnutrição no mundo. Entre 2016 e 2020 há uma tendência de estabilidade e em seguida um crescimento acentuado até 2022. Há de se considerar que entre 2020 e 2021 tivemos o auge da pandemia de Covid-19 e os seus efeitos são perceptíveis nos números. A FAO (2023) estima que a proporção da população mundial que enfrentou fome crônica em 2022 foi de cerca de 9,2%, o que representa entre 691 e 783 milhões de pessoas no mundo, valor superior ao registrado em 2019 (7,9%), antes da pandemia.

A África é o continente com a maior proporção da população afetada pela fome em 2022 (19,7%), tendo a região da África Subsariana atingido a maior fração de população faminta chegando a 22,5%, e onde mais aumentou desde o lançamento da Agenda 2030 em 2015 (+4,3 pontos percentuais). Conforme a metodologia de análise de progresso da ODS 2.1.1 o continente africano situa-se longe da meta. O mesmo acontece com os países caribenhos.

O continente asiático possui realidades distintas, enquanto a proporção de pessoas que sofrem de fome é de 15,2% na Ásia Central e no Sul da Ásia, e 9,2% por cento na Ásia Ocidental, a Ásia Oriental e o Sudeste Asiático permanecem abaixo de 2,5% (o valor mais baixo que pode ser reportado de forma fiável com os actuais métodos de estimativa, representando 0% de PoU). Realidade semelhante à dos continentes da América do Norte e a Europa, que desde 2016 (início da agenda 2030) têm se mantido com indicador inferior a 2,5%.

Gráfico 1 - Fome no mundo em número de subnutridos e prevalência de subnutrição, no período de 2000 a 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de FAODATA.

Tabela 1: Evolução anual da prevalência de desnutrição (PoU) por continente/região (%)

Continente/região	Anos						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
África	16,6	16,5	16,6	17	18,7	19,4	19,7
Ásia	7,5	7	7,1	7,4	8,5	8,8	8,5
Caribe	13,5	13,2	14	14,2	15,2	14,7	16,3
Central América	6,2	6,1	6,1	5,1	4,8	5	5,1
América do Norte e Europa	<2,5	<2,5	<2,5	<2,5	<2,5	<2,5	<2,5
América do Sul	5,2	4,9	5	4,9	6,3	7	6,1
Oceania	6,1	6,1	6,4	6,4	6	6,6	7

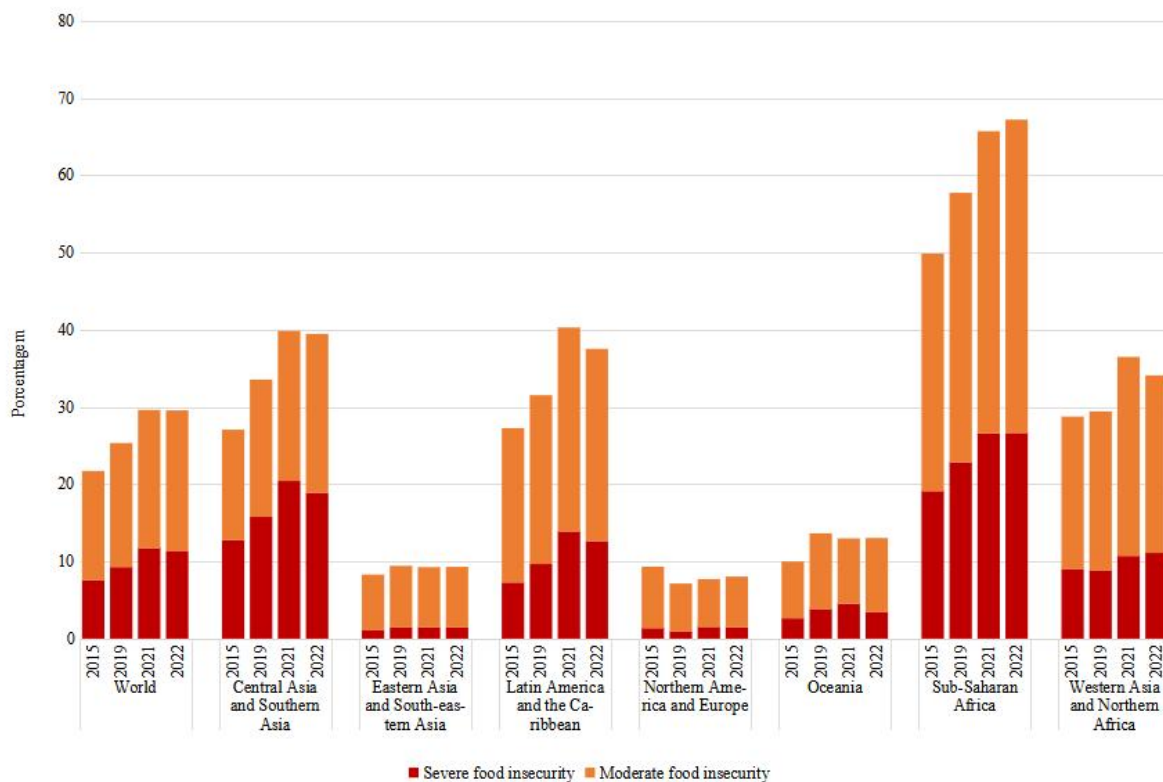
Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de FAODATA (FAO, [s.d.]).

Quadro 1: Escala de proximidade da meta

Continente/região	PoU (2022)	Escore	Avaliação	
África	19,7	1,52	Longe da meta	
Ásia	8,5	2,8	Distância moderada até a meta	
Caribe	16,3	1,74	Longe da meta	
Central América	5,1	3,48	Perto da meta	
América do Norte e Europa	<2,5	4	Meta atingida	
América do Sul	6,1	3,2	Perto da meta	
Oceania	7	3,1	Perto da meta	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de FAO (2016).

Gráfico 2: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e por região (2015, 2019, 2021 e 2022).



Fonte: FAO (2023a).

4.2 Impacto das Políticas Públicas

O Comitê para a Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas, lançou em fevereiro de 2021 as “Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição” (FAO/CFS, 2021), que estão estruturadas em torno de sete áreas de foco agrupando questões transversais relevantes para melhorar a alimentação e nutrição. As diretrizes voluntárias apresentam recomendações que visam reduzir a fragmentação política entre os setores relevantes para a segurança alimentar (saúde, agricultura, educação, ambiente, gênero, proteção social, comércio e emprego), promovendo o desenvolvimento de políticas, leis, programas e planos de investimento nacionais, coordenados e multissetoriais.

Os países africanos têm buscado apoio e cooperação com os organismos de desenvolvimento das Nações Unidas para a promoção de programas e projetos para acabar com a fome e desenvolver sistemas alimentares sustentáveis: apoio a cultivo de hortas coletivas, inclusão das mulheres na produção e comercialização de frutas e hortaliças, capacitação de pequenos agricultores rurais, assistência alimentar humanitária, promoção de dietas saudáveis, nutritivas e sustentáveis para crianças e adolescentes (Atukunda et al., 2021).

Ashraf et al. (2024), pesquisando o ODS Fome zero nos países asiáticos pré e pós-pandemia concluíram que são políticas relevantes para garantir a segurança alimentar frente as mudanças climáticas: Políticas de subsídios para a compra de maquinário agrícola e desenvolvimento de infraestrutura em zonas rurais, o uso eficiente de fertilizantes e treinamentos para agricultores sobre as melhores práticas de fertilização, programas de reforma

agrária para o acesso dos pequenos agricultores a terras férteis e apoio para a prática de agricultura sustentável, iniciativas voltadas para melhorar a higiene e a qualidade dos alimentos, programas de educação e capacitação para agricultores e comunidades rurais sobre práticas agrícolas sustentáveis e técnicas modernas de cultivo, projetos de pesquisa e desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas para aumentar a resiliência das colheitas às condições climáticas adversas.

Durante o período de 2004 a 2013, o Brasil se destacou internacionalmente por suas políticas públicas eficazes no combate à fome. Essas iniciativas, voltadas para a erradicação da pobreza e da miséria, foram fundamentais para reduzir significativamente a prevalência da fome, diminuindo-a para menos da metade do índice inicial, de 9,5% para 4,2% dos lares brasileiros. Entre as principais medidas adotadas nesse período estavam programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional como o programa de aquisição de alimentos (PAA) e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), que visavam prover alimentos e promover o acesso a uma alimentação adequada e saudável, além de estimular a agricultura familiar e o desenvolvimento de comunidades rurais. Como consequência o Brasil foi considerado fora do mapa da fome em 2014, conforme aponta o relatório “The State of Food Insecurity in the World” (FAO, 2014). No entanto, o enfraquecimento dessas políticas públicas nos anos seguintes fizeram com que o Brasil apresentasse novamente famílias em situação de insegurança alimentar. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017/2018) realizada pelo IBGE, mostrou que 36,7% dos domicílios brasileiros investigados apresentavam algum nível de insegurança alimentar; 24% apresentaram insegurança alimentar leve; 8,1% insegurança alimentar moderada e 4,6% insegurança alimentar grave (IBGE, 2024).

O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP), estabelecido em 2011 no Brasil, é um *hub* global de diálogo Sul-Sul para formação de políticas públicas, aprendizagem, desenvolvimento de capacidades e assistência técnica para promoção de ações e esforços governamentais na erradicação da fome. O maior objetivo do Centro de Excelência é aproximar países que enfrentam desafios similares nas áreas de segurança alimentar e nutricional, com foco especial em programas de compra local para alimentação escolar, ligados à agricultura familiar e à nutrição (WPF, [s.d.]).

Apesar de a produção alimentar ser teoricamente suficiente para atender a população mundial, desigualdades na distribuição e acesso a alimentos seguros e nutritivos continuam a ser uma barreira significativa, evidenciando a importância de medidas voltadas para a redução da desigualdade alimentar. Tais iniciativas são cruciais para garantir que todos tenham acesso a uma alimentação adequada, marcando um passo essencial na direção da segurança alimentar e nutricional global.

5. DISCUSSÃO

5.1 Implicações Teóricas

Ao explorar as contribuições de Aliaga et al. (2020), compreende-se que a segurança alimentar e nutricional vai além da simples disponibilidade de alimentos. É definida como a garantia de que indivíduos e comunidades tenham acesso constante a alimentos, o que é fundamental para a noção de seguridade social e está intrinsecamente ligado a direitos econômicos, sociais e culturais. Esta segurança é também impactada por fatores como moradia, saúde e educação.

A transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os ODS sublinha uma maior interconexão entre diversas dimensões do desenvolvimento, como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a saúde, a igualdade de gênero e a proteção ambiental. A abordagem da fome não se limita apenas à escassez física de alimentos, mas também às profundas desigualdades estruturais enraizadas na sociedade. Para abordar eficazmente esse problema, é crucial desenvolver políticas públicas que não só respondam às necessidades imediatas, mas também enfrentem as causas estruturais da insegurança alimentar.

A abordagem do ODS 2 está diretamente ligada a questões de fome crônica e pobreza, salientando a importância de uma alimentação saudável como parte fundamental para alcançar uma qualidade de vida adequada, e ressaltando a necessidade de considerar o Direito Humano à Alimentação Adequada nas políticas públicas Fontolan et al. (2022).

Desde 2014, a insegurança alimentar grave afeta bilhões de pessoas globalmente. Este cenário ressalta a necessidade urgente de entender e implementar intervenções eficazes que possam contribuir para o cumprimento do ODS, especialmente em contextos que exigem uma abordagem integrada de desenvolvimento sustentável. Fica evidente que o ODS 2 possui uma conexão profunda com outros objetivos como a erradicação da pobreza, a saúde e bem-estar, a redução das desigualdades, e o consumo e produção sustentáveis. Reconhecer e implementar ações transversais por meio de uma abordagem de desenvolvimento sustentável é crucial para promover uma sociedade mais justa e sustentável para as gerações atuais e futuras.

5.2 Implicações Práticas

Dos 58 países com crises alimentares incluídos no GRFC, 42 foram classificados como grandes crises alimentares porque tinham mais de 1 milhão de pessoas ou 20 por cento da população na Fase 3 do IPC ou superior ou equivalente. (FSIN; *Global Network Against Food Crises*, 2023). O aumento da insegurança alimentar global, exacerbado pelas crises recentes de impacto local, regional ou global: crises econômicas, pandemia de COVID-19, guerra da Ucrânia, conflitos armados na África e em outros continentes, mudanças climáticas; revela a necessidade urgente de revisão, adaptação e fortalecimento das políticas públicas.

É fundamental adaptar estratégias como programas de transferência de renda, políticas de segurança alimentar e programas de pesquisa e desenvolvimento para enfrentar as crises de maneira eficaz. As disparidades regionais e socioeconômicas na prevalência da insegurança alimentar sublinham a importância de políticas ajustadas às realidades locais e de abordagens que promovam equidade no acesso aos alimentos. Integração de abordagens multissetoriais e coordenação entre diferentes setores são essenciais para enfrentar os múltiplos aspectos da crise alimentar. Investir em programas educacionais e capacitar as comunidades são medidas-chave para fortalecer sua capacidade de lidar sustentavelmente com a insegurança alimentar.

Monitorar indicadores como a Prevalência de Subnutrição (PoU) e a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) é fundamental para avaliar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à fome, por isso é necessário engajar especialmente os países subdesenvolvidos na coleta e manutenção de banco de dados confiáveis.

Enfrentar a insegurança alimentar requer um compromisso global, contínuo e coordenado para abordar as causas subjacentes da fome e promover sistemas alimentares mais equitativos, sustentáveis e resilientes. Isso exige a colaboração entre governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil, bem como um investimento significativo em pesquisa, desenvolvimento e implementação de políticas públicas.

5.3 Estudos Futuros

Levando-se em consideração que o cumprimento dos ODS ainda se encontram em vigência, isto é, não foram ainda concluídos, é necessário que novos estudos similares sejam realizados, visando, neste particular, acompanhar o seu desenvolvimento e averiguar, na prática, se estão sendo alcançados, efetivamente, bons resultados em relação ao aspecto que toca a segurança alimentar. É fundamental que essas investigações possam se concentrar em contextos locais, identificando como cada país ou território tem desenvolvido e implementado políticas públicas e seus impactos nos diferentes grupos demográficos e regiões geográficas. Além disso, é relevante que os estudos futuros possam investigar as condições socioeconômicas e os riscos a segurança alimentar das famílias em momentos de crise. Isso reforça a agenda de pesquisa e desenvolvimento agroalimentar com abordagem ecossistêmica proposta por Horton et al. (2017), focada em cinco domínios interligados: Utilização da terra e gestão dos recursos; produção e colheita de culturas; transformação, distribuição e venda de alimentos; consumo de alimentos; e nutrição e saúde pública.

5.4 Limitações

A limitação para o alcance de um resultado mais sólido a respeito do cumprimento dos ODS quanto à segurança alimentar consiste, basicamente, no fato de que ainda se encontram em vigência e, por este motivo, a pesquisa resta limitada a apresentar o que realmente foi atingido até o final de 2023, efetuando uma comparação com dados que foram obtidos em um momento mais remoto.

É importante notar que o estudo se baseia em dados secundários e análises bibliográficas, o que pode limitar a compreensão completa e atualizada da situação em diferentes regiões e momentos específicos. Além disso, o foco na revisão bibliográfica pode não capturar totalmente a diversidade de perspectivas e experiências em relação ao tema abordado. Outra limitação está relacionada à disponibilidade e qualidade dos dados utilizados para avaliar o progresso na redução da fome e na promoção da segurança alimentar. Dados incompletos, imprecisos ou estimados podem afetar a precisão das conclusões do estudo.

O uso de indicadores quantitativos, como a PoU e FIES, pode não capturar completamente a complexidade do problema da fome e da insegurança alimentar, como em relação a questões nutricionais e seus impactos em todas as fases da vida humana, especialmente na infância e adolescência. Ademais, a fome e a segurança alimentar são questões multifacetadas e interconectadas, influenciadas por uma variedade de fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. Análises globais, como a proposta nesse estudo, são importantes mas não conseguem alcançar toda a especificidade de diferentes contextos. As poucas pesquisas identificadas abordando situações locais sobre fome e insegurança alimentar, especialmente em países subdesenvolvidos, limitam o alcance das conclusões.

6. CONCLUSÃO

A adoção de políticas e programas governamentais têm sido fundamental para mitigar a fome em muitos países, no entanto os resultados recentes indicam um retrocesso preocupante nos avanços alcançados anteriormente. Os dados mostram um aumento alarmante na prevalência da fome e da insegurança alimentar, especialmente em países e regiões mais pobres como a África, América do Sul, Caribe, Ásia Central e no Sul da Ásia. Eventos extremos e de crises exacerbaram ainda mais essa situação, tais como crise econômica, pandemia de Covid, Guerras e conflitos armados, crise climática.

Embora políticas públicas tenham contribuído para reduzir a fome, o atual contexto revela a necessidade urgente de revisar e fortalecer os programas e projetos que garantam não apenas a disponibilidade física de alimentos, mas também o acesso econômico equitativo, especialmente para populações vulneráveis. Além disso, é crucial reconhecer a interconexão entre o ODS2 e outros objetivos de desenvolvimento sustentável, como a erradicação da pobreza, a saúde e o bem-estar, a igualdade de gênero e a ação climática.

A abordagem holística e integrada e ações permanentes ou de longo prazo são essenciais para enfrentar os desafios complexos relacionados à fome e à insegurança alimentar. Somente através de um esforço conjunto e sustentado, com o engajamento de governos, da sociedade civil, do setor privado e da comunidade internacional será possível alcançar o objetivo ambicioso estabelecido pelo ODS2 e garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes.

ALIAGA, M. A.; SANTOS, S. M. C. DOS; TRAD, L. A. B. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, 2020.

ASHRAF, J. et al. Zero-hunger through the lens of food security in populous Asia: pre and post-pandemic. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 8, p. 1210385, 21 fev. 2024.

ATUKUNDA, P. et al. Unlocking the potential for achievement of the UN Sustainable Development Goal 2 -- “Zero Hunger” -- in Africa: targets, strategies, synergies and challenges. **Food & Nutrition Research**, v. 65, p. 1–11, jan. 2021.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4411–4424, out. 2021.

FAO. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action : World Food Summit, 13-17 November 1996, Rome, Italy.. World Food Summit (1996 : Rome). p. 43 p.-43 p., 1996.

FAO (ED.). **Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome: FAO, 2014.

FAO. **Metodologia de avaliação de progresso dos ODS da FAO**. , 2016. Disponível em: <https://foodandagricultureorganization.shinyapps.io/SDG_progress_assessment/_w_7f6e78fc/Technical%20annex.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2024

FAO. **Figure 7. Prevalence of moderate or severe food insecurity in the world and by region (2015, 2019, 2021 and 2022)**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, , 15 set. 2023a. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cc7088en/SDGReport2023-fig07.xlsx>>. Acesso em: 26 maio. 2024

FAO. **FAODATA Explorer**. , [s.d.]. Disponível em: <<https://de-public-statsuite.fao.org/>>. Acesso em: 25 maio. 2024

FAO, I., UNICEF, WFP and WHO. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum**. Rome, FAO.: In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc6550en>>.

FAO/CFS. **Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição**. , 2021. Disponível em:

<https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs2021/VGFSyN/CFS_VGFSyN_TwoPager_web_PR.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2024

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. [s.l.] Penso, 2013.

FONTOLAN, M. V. et al. ODS 2. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022004–e022004, jul. 2022.

FSIN; GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. **Global Report on Food Crises 2023**. Rome: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fsinplatform.org/global-report-food-crises-2023>>. Acesso em: 25 maio. 2024.

IBGE. **PNAD - Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>.

IVERSEN, T. O.; WESTENG, O.; JERVEN, M. Measuring the end of hunger: Knowledge politics in the selection of SDG food security indicators. **AGRICULTURE AND HUMAN VALUES**, v. 40, n. 3, SI, p. 1273–1286, set. 2023.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Food Security and the 2015–2030 Sustainable Development Goals: From Human to Planetary Health. **Current Developments in Nutrition**, v. 1, n. 7, p. e000513–e000513, jul. 2017.

UPTON, J. B.; CISSÉ, J. D.; BARRETT, C. B. Food security as resilience: reconciling definition and measurement. **Agricultural Economics**, v. 47, n. S1, p. 135–147, nov. 2016.

WFP. **Centro de Excelência contra a Fome do WFP no Brasil**. , [s.d.]. Disponível em: <<https://centrodeexcelencia.org.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2024
GA, M. A.; SANTOS, S. M. C. DOS; TRAD, L. A. B. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, 2020.

ASHRAF, J. et al. Zero-hunger through the lens of food security in populous Asia: pre and post-pandemic. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 8, p. 1210385, 21 fev. 2024.

ATUKUNDA, P. et al. Unlocking the potential for achievement of the UN Sustainable Development Goal 2 -- “Zero Hunger” -- in Africa: targets, strategies, synergies and challenges. **Food & Nutrition Research**, v. 65, p. 1–11, jan. 2021.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4411–4424, out. 2021.

FAO. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action : World Food Summit, 13-17 November 1996, Rome, Italy.. World Food Summit (1996 : Rome). p. 43 p.-43 p., 1996.

FAO (ED.). **Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome: FAO, 2014.

FAO. **Metodologia de avaliação de progresso dos ODS da FAO**. , 2016. Disponível em: <https://foodandagricultureorganization.shinyapps.io/SDG_progress_assessment/_w_7f6e78fc/Technical%20annex.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2024

FAO. **Figure 7. Prevalence of moderate or severe food insecurity in the world and by region (2015, 2019, 2021 and 2022)**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, , 15 set. 2023a. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cc7088en/SDGReport2023-fig07.xlsx>>. Acesso em: 26 maio. 2024

FAO. **FAODATA Explorer**. , [s.d.]. Disponível em: <<https://de-public-statsuite.fao.org/>>. Acesso em: 25 maio. 2024

FAO, I., UNICEF, WFP and WHO. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO.**: In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc6550en>>.

FAO/CFS. **Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição**. , 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs2021/VGFSyN/CFS_VGFSyN_TwoPager_web_PR.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2024

FLICK, U. **Introdução À Pesquisa Qualitativa**. [s.l.] Artmed, 2008.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. [s.l.] Penso, 2013.

FONTOLAN, M. V. et al. ODS 2. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022004–e022004, jul. 2022.

FSIN; GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. **Global Report on Food Crises 2023**. Rome: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fsinplatform.org/global-report-food-crises-2023>>. Acesso em: 25 maio. 2024.

HORTON, P. et al. An agenda for integrated system-wide interdisciplinary agri-food research. **Food Security**, v. 9, n. 2, p. 195–210, abr. 2017.

IBGE. **PNAD - Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>.

IVERSEN, T. O.; WESTENG, O.; JERVEN, M. Measuring the end of hunger: Knowledge politics in the selection of SDG food security indicators. **AGRICULTURE AND HUMAN VALUES**, v. 40, n. 3, SI, p. 1273–1286, set. 2023.

PEREIRA, A. S. et al. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. 1ª Edição ed. Santa Maria, RS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Food Security and the 2015–2030 Sustainable Development Goals: From Human to Planetary Health. **Current Developments in Nutrition**, v. 1, n. 7, p. e000513–e000513, jul. 2017.

UPTON, J. B.; CISSÉ, J. D.; BARRETT, C. B. Food security as resilience: reconciling definition and measurement. **Agricultural Economics**, v. 47, n. S1, p. 135–147, nov. 2016.

WFP. **Centro de Excelência contra a Fome do WFP no Brasil**. , [s.d.]. Disponível em: <<https://centrodeexcelencia.org.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2024